



Evento	Salão UFRGS 2020: SIC - XXXII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2020
Local	Virtual
Título	A remição de pena pela leitura em produções acadêmicas
Autor	ELISA SCHNEIDER VENZON
Orientador	ANA CLAUDIA FERREIRA GODINHO

A remição de pena pela leitura em produções acadêmicas

Bolsista de iniciação científica: Elisa Schneider Venzon

Orientadora: Ana Cláudia Godinho

Instituição de origem: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A prática leitora tornou-se objeto recorrente de políticas penitenciárias nos espaços brasileiros de privação de liberdade desde 2011, a partir da Lei 12.433 que, aprovando a remição de pena pelo estudo, propiciou o entendimento legal da leitura como instrumento para a remição por ser parte da oferta educacional prisional e demandar *esforço intelectual*. Em um contexto difuso como o do sistema penitenciário brasileiro, a ausência de uma legislação federal que verse sobre a remição de pena pela leitura, o desenvolvimento recente dos projetos e a falta de documentação e compartilhamento de experiências dificultam o mapeamento destas e de suas dimensões práticas e teóricas. Posto isso, esta pesquisa tem como princípio a busca, identificação e análise de teses e dissertações para entender como as iniciativas existentes e os debates sobre as potencialidades e limitações da remição pela leitura estão inseridos no contexto acadêmico. O método de revisão bibliográfica direcionou as pesquisas nos bancos de dados da CAPES e BTDT, tendo sido identificadas 11 dissertações e 2 teses, provenientes de instituições de 9 entes federativos e do Distrito Federal. Fazem parte da pesquisa as análises quantitativa, com a catalogação dos materiais, e qualitativa, com a interpretação de dados a partir de fichas de leitura. Os resultados parciais indicam que a modalidade de remição em questão se tornou objeto de pesquisa a partir de 2012, mesmo ano da Lei 17.329 do Estado do Paraná, pioneira na compreensão da leitura como meio para tanto; a grande maioria dos trabalhos - 12 - foi publicada em instituições públicas, em áreas do conhecimento relacionadas à Educação, Direito e Letras. Já as argumentações de defesa dessa política penitenciária tendem, com raras exceções, a uma visão idealizada da leitura, tomada como instrumento moralizante de ressocialização.